

O Brasil nas avaliações de risco

Rogério L. Furquim Werneck*

Rememorar duas outras alterações importantes na classificação do risco soberano do Brasil, ocorridas nos últimos 16 anos, ajuda a dar perspectiva histórica à extemporânea elevação da classificação do Brasil anunciada há poucos dias pela agência Moody's.

Vale a pena lembrar a obtenção do grau de investimento pelo País, em maio de 2008, e sua perda, em setembro de 2015. Com o benefício da visão retrospectiva, é fácil perceber que, nos dois casos, sobram razões para críticas ao *timing* das alterações.

Por qualquer ângulo que se analise, a concessão de grau de investimento em maio de 2008 foi tardia. Deveria ter ocorrido muito antes. Passado o tumulto econômico-financeiro da eleição presidencial de 2002 e consolidada a suposta metamorfose de Lula e do PT, a economia brasileira, com Antonio Palocci na Fazenda e preços de commodities favoráveis, entrou em notável círculo virtuoso. Contas públicas equilibradas, contas externas a cada dia mais sólidas, crescimento razoável do PIB e taxa de inflação baixa, de pouco mais de 3%, em 2006.

É verdade que tinha havido a crise do mensalão, o “gasto é vida” de Dilma Rousseff na Casa Civil, em 2005, e o afastamento de Palocci, com entrega do Ministério da Fazenda a Guido Mantega, em 2006. Mas nada disso impediu que a economia continuasse de vento em popa. E que Lula fosse reeleito.

Teria feito muito mais sentido se o grau de investimento tivesse sido concedido no fim de 2006 ou, no mais tardar, no início de 2007. O irônico é que, quando, afinal, houve a concessão, já não havia mais dúvida de que a política econômica que lograra tanto êxito no início do primeiro mandato de Lula estava sendo claramente abandonada.

Basta lembrar que a obtenção do grau de investimento se deu justo quando a permanência de Henrique Meirelles no Banco Central estava por um fio. Veio a tempo de lhe dar sobrevida no cargo, ao frustrar articulações que vinham sendo feitas às claras, pelo Ministério da Fazenda e pela Casa Civil, para substituí-lo por uma figura mais alinhada ao desenvolvimentismo, com nome já definido e abertamente mencionado na mídia.

O descarrilamento da política econômica petista foi um longo processo cujo início remonta a pelo menos março de 2006, com a substituição do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por Guido Mantega que, confirmado no cargo no segundo mandato de Lula, abriria espaço para inédita preponderância da Casa Civil na condução da política

econômica. A política econômica do segundo governo Lula já foi, em boa medida, a política de Dilma Rousseff.

O que se presenciou, especialmente a partir de 2008, quando, afinal, a bandeira da “nova matriz econômica” pôde ser ostensivamente desfraldada, foi o inexorável desenrolar do desastre, como num grande acidente ferroviário filmado em câmera lenta.

O que espanta é que, indiferentes a tudo isso, as agências de avaliação de risco tenham preservado o grau de investimento do Brasil por sete longos anos, até setembro de 2015, já quase ao final do primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff.

Visto em retrospectiva, portanto, o caráter extemporâneo da elevação da classificação do risco soberano do País pela Moody’s não chega a ser novidade. Mas, desta vez, pelo menos, tanto a Standard & Poor’s como a Fitch já deixaram mais do que claro que mantêm visões muito distintas do que está ocorrendo no País e não estão propensas a acompanhar a Moody’s.

Em Brasília, houve quem, enrolado na bandeira nacional, se permitisse declarar que todo brasileiro deveria estar feliz com a nota da Moody’s. Errado. Um efeito fundamental da melhora da nota é dar ao governo certeza de que está no caminho certo. Será péssimo para o Brasil se o governo se convencer que estará no caminho certo se continuar a se “esfalfar” para cumprir uma meta pífia de déficit primário “quase zero”, enquanto a dívida bruta como proporção do PIB sofre um salto de mais de 12 pontos percentuais num único mandato presidencial. É disso que se trata.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.